

JUVENTUDE REVOLUCIONÁRIA



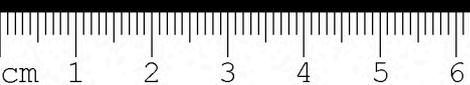
órgão
nacional
da Aliança
da Juventude
Revolucionária

UNIDADE OPERÁRIO-CAMPONÊS-ESTUDANTIL

especial

ANO 1 - N.º 2 - AGOSTO DE 1989 - NCz\$ 1,00

TESES AO XXVIII CONGRESSO DA UBES



A crise do regime

I. O NOVO REGIME POLÍTICO E A NOVA CONSTITUIÇÃO

A situação política nacional está marcada pelo esgotamento completo do Governo Sarney. A falência do governo expressa, no entanto, um fenômeno mais profundo que é a crise do conjunto do regime político. O descontrole da economia com a ameaça iminente da hiperinflação, a paralisação dos investimentos na produção; a falência da educação, com um corte de verbas para o setor público nunca visto; um arrocho salarial sem precedentes na história do país; o descontrole do déficit público, a fuga de capitais e a hemorrhagia de divisas para pagar a dívida externa são evidências da profundidade da crise.

A crise do regime está evidenciada em primeiro lugar pela quebra dos partidos burgueses (esfacelamento do PMDB, rachas no PFL etc), pela impotência do Congresso Nacional diante dos acontecimentos, pela incapacidade da burguesia de estruturar-se em torno de um candidato próprio, que a represente efetivamente, nas eleições presidenciais etc.

A crise da Nova República é fruto de sua incapacidade congênita de estruturar-se como um regime independente diante das pressões do imperialismo. A política de entrega da economia nacional e de um ataque cada vez maior contra as massas é o resultado deste processo.

A Nova República, assim como seus similares democráticos da América Latina (Argentina, Peru, Venezuela, etc), é uma resposta contra-revolucionária do grande capital (nacional e estrangeiro), ao ascenso do movimento de massas e à crise política vivida nestes países. É uma operação econômica do imperialismo destinada a garantir as relações de expropriação dos recursos nacionais entre este e os países atrasados, diante das crises de todos os regimes militares do continente.

Apesar de ser apresentado amplamente como uma espécie de revolução democrática, o que seria uma evolução dos sistemas ditatoriais para a democracia plena, a caracterização adequada deste processo é a de contra-revolução democrática, ou seja, da contra-revolução burguesa contra as massas, sob a forma de um regime democratizante.

Este regime aparentemente apoiado nas leis (Constituição), e nas instituições formais da democracia, preserva todas as conquistas econômicas e sociais das classes dominantes que o an-



Diante do regime, construir a independência dos trabalhadores

tigo regime defendia (FFAA, latifúndio, pagamento da dívida externa etc), o que temos, na verdade, é a passagem da ditadura declarada da burguesia (o regime militar) para uma ditadura mascarada sob a fachada da democracia.

Dentro deste quadro, a elaboração da nova Constituição representou uma importante conquista política da burguesia contra as massas: a reestruturação da sua organização política no Estado.

A nova Constituição significa a criação de um quadro político comum entre as forças da burguesia para enfrentar o ascenso do movimento de massas.

Apesar de não resolver nenhum dos problemas da etapa anterior (crise econômica, independência nacional, questão agrária etc) e de não servir como eixo de reagrupamento do Estado burguês (a burguesia não consegue apoiar-se na nova Constituição para governar o país - a Constituição praticamente não entrou em funcionamento e a maioria das leis complementares não foram regulamentadas), as diversas frações da burguesia são solidárias com seu resultado e a consideram uma importante conquista política.

A esquerda evita caracterizar a essência da nova Constituição (uma arma da burguesia contra as massas) e apega-se à denúncia de alguns aspectos "conservadores" e a exaltação de outros "progressistas". Com este posicionamento

fica claro seu comprometimento com o regime político vigente, deixando as claras sua política de aprofundamento da democracia, impulsionando o atual processo, alimentando a ilusão de que esta seria a via para o socialismo. Na realidade, a nova Constituição é uma demonstração adicional da incapacidade histórica da burguesia, em todas as suas variantes (mesmo as mais "progressistas"), de solucionar os grandes problemas nacionais e estabelecer no país um regime plenamente democrático.

A nova Constituição é um sub-produto do atual regime, é a expressão formal, caracterizada em lei, da essência da operação montada pelo imperialismo.

Assim como o novo regime, a nova Constituição preservou todas as conquistas políticas e sociais do grande capital nacional e estrangeiro e da oligarquia agrária (estabeleceu o direito de intervenção dos militares - "preservação da ordem interna" - , rejeitou a reforma agrária, chegando até mesmo a retroceder em relação ao reacionário estatuto da terra dos militares etc). A nova lei, é uma operação política para preservar as instituições criadas sob a ditadura.

O que temos, portanto, é um regime pseudo democrático, ou seja, que não está assentado nas instituições representativas, mas que tem o seu centro de poder em instituições que são com-

pletamente independentes do controle popular: a camarilha burocrática que comanda as FFAA, os "lobbies" do grande capital nacional e internacional etc.

A burguesia nacional, submissa ao imperialismo, acena para mais arrocho colocando na ordem do dia um ataque mais violento contra as condições de vida das massas.

A política levada adiante neste momento pelas burguesias nacionais e o imperialismo nos demais países da América Latina (Argentina, Venezuela, Bolívia etc), demonstra que estamos diante de uma situação de catástrofe, onde a única saída apontada por todas as variantes da política burguesa preparam uma maior expropriação da economia nacional (privatização, pagamento da dívida externa, etc), ou seja, um violento ajuste pró-imperialista e antioperário que redundará em um leilão geral da economia nacional e em um feroz ataque às condições de vida de toda a população. Esta perspectiva está em contradição até mesmo com as características formais de funcionamento do regime pseudo democrático e não poderá ser levada adiante sem um ataque mais profundo às precárias liberdades democráticas conquistadas no último período.

O regime burguês não tem saída, não aprofundará a democracia ou desenvolverá a nação. O que está colocado para os setores nacionalistas (Covas, Brizola) e os setores democratizantes (o PT e a FBP) é a capitulação diante do grande capital internacional.

A única outra perspectiva é uma profunda mobilização das massas contra o regime político em seu conjunto, o que implica numa completa independência da política burguesa.

Aproxima-se, neste momento, um período de grande ascenso do movimento de massas. O descontentamento das massas é geral, os estudantes estão de volta às ruas, o movimento operário começa a organizar-se para as campanhas salariais, os trabalhadores do campo partem para o enfrentamento (ocupam terras, armam-se etc). Com a crise generalizada do regime, abre-se a perspectiva de um amplo enfrentamento com o regime atual.

A perspectiva política colocada neste momento, é de combater o processo democratizante, colocando claramente seu caráter antidemocrático e antioperário, continuista do regime militar. A ação da UBES deve colocar-se no sentido de apontar para as massas que a única saída é a organização unitária e independente dos trabalhadores e dos explorados em geral, para a liquidação do regime.

A Nova República não conduzirá o Brasil à democracia plena ou ao desenvolvimento, ao contrário, levará o país a uma submissão cada vez maior. Surgida dentro das contradições do sistema capitalista (hoje, mergulhado numa

grande crise e decadência), este sistema instável abre espaço para a luta pela independência da classe operária e os setores explorados no sentido do seu poder próprio de classe, a ditadura do proletariado

- Fim do regime anti-operário
- Abaixo a Nova República
- Denunciar a nova Constituição
- Pela mobilização e organização independente das massas
- Pelo governo dos trabalhadores da cidade e do campo
- Pelo socialismo

II. A CRISE ECONÔMICA: CRISE MUNDIAL DO CAPITALISMO

A crise do regime está vinculada diretamente com a crise histórica e mundial do capitalismo, que vem acentuando a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais, de uma forma inédita.

A partir de 1974, em conexão com a crise econômica mundial, o capitalismo brasileiro entra num processo de estagnação e até mesmo de retrocesso. O país que até então crescia 10 % a 12 %, entrou em uma fase de retração da produção, paralisação dos investimentos, queda do crescimento e aumento da dívida externa.

A crise tem acarretado um retrocesso geral das forças produtivas nacionais. Não foi recuperado os investimentos na produção, paralisados desde a década de 70, acarretando um forte atraso tecnológico. A produtividade da agricultura retrocedeu em 10 ou 15 anos, os trabalhadores foram duramente atingidos, o salário real sofreu uma queda histórica (aprofundamento do arrocho do milagre econômico da ditadura), aumentou o número de famílias sem teto e sem terra etc.

A partir do esgotamento do ciclo de exportações (83-85) colocou-se em pauta um período de violento agravamento da crise, que não foi superado, sequer temporariamente, pelas várias tentativas do governo Sarney, e do imperialismo.

Os primeiros planos econômicos ditados pelo governo, forneceram apenas um breve alívio para, logo em seguida, estourar a economia e agravar mais ainda a situação.

A profunda submissão ao imperialismo promoveu uma política de entrega nacional sem precedentes na história, e agrava todas as contradições do desenvolvimento histórico do país.

Só no governo da Nova República já foi transferido aos bancos estrangeiros, mais de 70 bilhões de dólares proporcionando um corte de verbas gigantesco para os setores essenciais, ao mesmo tempo em que preserva o orçamento militar, o sistema financeiro, a corrupção etc.

Toda esta política verdadeiramente colonial, que significa um leilão geral da economia em favor do imperialismo, não serviu para conter ou atenuar a escalada inflacionária, não proporcionou a retomada dos investimentos e do crescimento da economia.

Nesta etapa de crise mundial do capitalismo, acentua-se cada vez mais a crise econômica, o que coloca em pauta por um lado, um ataque ainda maior contra as massas, e por outro, que este regime é incapaz de superar suas debilidades e suas instabilidades, o que coloca o país diante da seguinte alternativa: o aprofundamento da colonização, portanto, o aprofundamento da decomposição da economia nacional, ou a ruptura com o regime e a abertura de um processo de liquidação do imperialismo e do grande capital através da mobilização revolucionária das massas.

A solução do imperialismo e do grande capital já está claramente estabelecida: privatização das estatais, transformando-as em um fabuloso negócio para o grande capital nacional e estrangeiro, expropriação dos pequenos negócios, maior arrocho, demissões e cortes nos serviços públicos essenciais que resultarão em um ataque sem precedentes à educação, saúde etc, maior entrega ao imperialismo com a destruição das poucas defesas da economia nacional e venda de uma parte substancial do ativo fixo do país, maior concentração da terra e expropriação dos pequenos produtores.

Contra este programa de saque da economia nacional, de fome e pauperização da população é preciso levantar uma alternativa operária e antiimperialista:

- Pela liquidação do imperialismo
- Pelo não pagamento da dívida externa
- Pelo monopólio estatal do comércio exterior
- Pela estatização do grande capital nacional e estrangeiro
- Pela estatização do sistema financeiro
- Pelo controle operário da produção
- Pela estatização dos serviços essenciais (saúde, educação, etc)
- Pelo salário mínimo calculado pelo DIEESE
- Pela escala móvel de salários e horas de trabalho
- Pela reforma agrária com expropriação do latifúndio e sob o controle dos trabalhadores

III. A CRISE DO REGIME E A ETAPA PRÉ-REVOLUCIONÁRIA

A debilidade do regime democratizante tem suas raízes no caráter pré-revolucionário da situação política nacional e no caráter revolucionário do conjunto da situação mundial.

A etapa pré-revolucionária caracteriza-se pelo ascenso do movimento operário,

Situação política

do avanço da consciência dos trabalhadores e o deslocamento do conjunto das massas à esquerda. E o período de acumulação de forças do movimento de massas, onde o domínio da burguesia não é completo, neste quadro, o movimento operário começa a organizar-se politicamente independente da burguesia.

Na atual etapa confrontam-se no movimento das massas duas perspectivas que tem papel decisivo na evolução da atuação das massas diante da crise: ou a luta pela estabilização da democracia, que transforma o movimento operário, estudantil e popular em apêndice e sustentáculo do atual regime reacionário; ou a mais completa independência do movimento de massas diante do regime e das diversas variantes da política burguesa e pequena burguesa (pseudo democráticas) preparando assim, a sua ação própria diante da inevitabilidade de que a atual situação pré-revolucionária conduza a uma crise de características revolucionárias, onde se coloque a questão do poder e, portanto, do destino da nação.

A debilidade do regime político vigente expressa-se na falta de condições de contornar a crise, qualquer tentativa resulta não só em um fracasso, mas em uma submissão ainda maior ao grande capital.

Diante da situação atual, acentua-se a insatisfação do movimento operário, do estudantado e da pequena burguesia. Crescem em todo o país o número de greves (cada vez mais radicalizadas), os conflitos pela posse da terra estão cada dia mais sangrentos, aumentam as mobilizações estudantis etc. O regime implantado não consegue resolver os problemas mais elementares da nação, é neste quadro que o movimento operário deve intervir.

A tarefa central é que a classe operária dirija este movimento nacional, (composto pelas massas rurais, pelos estudantes e o conjunto do povo) e que este ascenso da luta seja canalizado para a derrubada do regime, através de uma intervenção das massas de forma independente dos partidos burgueses e da política democratizante. Esta é a única perspectiva que prepara a vitória dos trabalhadores e as massas em geral, sob a base da ação direta e da organização independente das massas, construindo uma alternativa revolucionária, o governo operário e camponês e o socialismo.

IV - AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E A FRENTE BRASIL POPULAR

As eleições presidenciais estão dominadas pela crise de conjunto do regime e a decomposição dos principais partidos políticos da burguesia (PMDB e PFL). A vitória do PT em centros políticos fundamentais como São Paulo e Porto Alegre deu um caráter agudo à crescente polarização política que já se manifestava nas eleições anteriores. Com a quebra do PMDB, a burguesia se vê privada do seu principal recurso de controle "democrático" sobre as massas não estando os partidos da esquerda burguesa, PSDB e PDT,

em condições de substituí-lo em meio a um processo de crise profunda. A direita (PDS, PFL, PTB, PL etc.) que não tem expressão de massa ocupa um papel secundário no terreno eleitoral. O grande capital impulsiona a candidatura Collor, como um freio ao crescimento da polarização. No entanto, esta tem mais de artificial do que de real e não se constitui em uma alternativa segura diante do agravamento da crise econômica e, portanto, das condições políticas.

As eleições são completamente antidemocráticas. Dominadas pela força econômica do grande capital - que exerce um férreo monopólio sobre os meios de comunicação -, são audaciosamente manipuladas para fraudar a vontade popular. A Constituinte estabeleceu os dois turnos justamente para permitir sagrar nas urnas e dar respaldo popular a uma candidatura minoritária através da manipulação da multiplicidade de partidos e siglas. Isto demonstra o caráter completamente fictício do regime representativo que não depende da livre expressão da vontade popular, mas da manipulação de poucos grupos econômicos e políticos que controlam o poder completamente por fora das instituições representativas.

A presença de uma candidatura operária como a de Lula, que reúne detrás de si a esmagadora maioria dos movimentos e organizações fundamentais das massas surgidas da luta do último período é uma demonstração da profundidade da crise burguesa. A burguesia já não é capaz de controlar pacificamente as massas apesar de todos os recursos materiais e políticos. Não se deve descartar diante da evolução da situação política uma saída antidemocrática até mesmo por fora das eleições, como foi esboçado através do parlamentarismo (eleição indireta).

As eleições não são um instrumento capaz (por tudo o que foi dito acima) de solucionar os grandes problemas nacionais.

A única saída progressista para a situação atual é a intervenção independente das massas através dos seus próprios meios: a ação direta pela via das suas próprias organizações. Toda a intervenção no processo eleitoral está subordinada a impulsionar a esta perspectiva fundamental. A candidatura de Lula, na medida em que se mantém independente da burguesia organizativamente oferece a possibilidade de aprofundar esta demarcação entre o proletariado e a burguesia através de um programa próprio e uma estratégia de classe. No entanto, a conformação de uma frente popular com os renegados do campo burguês (PC do B, PSB e PV) partidos que até ontem se abrigavam sob as saias do partido majoritário da burguesia e que o abandonaram diante da sua iminente bancarrota, é um claro bloqueio à independência de classe. A presença de um senador burguês na chapa de Lula como vice (José Paulo Bisol, ex-PMDB/PSDB) dá à candidatura de Lula juntamente com a frente popular o caráter, não de uma candidatura independente, mas de colaboração de classes.

As organizações de massas já estão profundamente envolvidas no processo eleitoral. Neste XXVIII Congresso da UBES maioria das correntes apóiam a candidatura de Lula, inclusive inimigos até ontem irreconciliáveis como a UJS-PCdoB e as distintas frações do PT. A maioria das correntes se posicionam pelo não apoio à candidatura de Lula (embora a apoiem) porque alegam que a UBES deve ser apartidária. É preciso dizer claramente que tal colocação é um pretexto para evitar que os estudantes decidam qual deve ser a conduta da sua organização maior diante das eleições. O Congresso deve responder às seguintes questões: são as eleições o eixo fundamental da situação política, como afirmam, na prática o PC do B e a maioria das correntes petistas? A UBES deve estar atrelada a uma frente de colaboração de classes? Os estudan-



Impulsionar a campanha, romper com a Frente Brasil Popular

tes devem apoiar o programa da frente popular? Estas perguntas devem ser respondidas sob pena de que, sob o acobertamento do "apartidarismo" todo o movimento estudantil seja colocado, de fato, pelas suas direções, a reboque de uma perspectiva equivocada e que o estudantado não teve condições sequer de discutir.

A AJR levanta ao conjunto dos estudantes as seguintes propostas:

- 1) que o XXVIII Congresso da UBES discuta amplamente esta questão e que as bases deliberem;
- 2) Que o congresso aprove, tanto para o primeiro como para o segundo turno que nenhum voto seja dado aos candidatos da burguesia.
- 3) Que seja discutido o programa da Frente Brasil Popular, o qual propomos rejeitar
- 4) Que se aprove um programa de ação de lutas, contendo as principais reivindicações do movimento estudantil, operário e popular e que este seja a base da intervenção da UBES no próximo período, inclusive na campanha eleitoral sob a base deste programa opor a candidatura de Lula a todas as candidaturas patronais que representam o continuismo do regime político;
- 5) que a principal perspectiva, à qual as eleições estarão subordinadas seja a mobilização do estudantado, sobre a base deste

programa, em defesa da educação e da universidade.

V. A ALIANÇA OPERÁRIO-CAMPONÊS-ESTUDANTIL

As diversas lutas que o movimento estudantil presencia no momento (a greve das universidades federais, a luta contra o aumento das mensalidades, a falta de autonomia da universidade, o corte de verbas para a educação etc), fazem parte do ascenso geral do movimento de massas, onde a crise instaurada no país, atinge a pequena burguesia. A pequena burguesia é incapaz de estruturar uma alternativa própria, independente, de classe, seja para o conjunto da sociedade, seja para a universidade.

Estas lutas do ME, portanto, devem ser compreendidas como parte da luta para a derrubada do governo, para tanto é necessário que o movimento estudantil oriente suas lutas sob a base de um programa revolucionário.

O caminho para a independência política do estudantado, diante da burguesia e do imperialismo, é a luta no interior do

movimento estudantil pela estratégia política da classe operária: a revolução social, o governo operário e camponês (ditadura do proletariado) e o socialismo. A aliança

dos estudantes com os operários e os camponeses é a única forma de lutarmos pela melhoria do nível de ensino e pela independência e autonomia da universidade.

A burguesia nacional já demonstrou toda sua incapacidade de tirar o país do atraso, somente o governo dos trabalhadores da cidade e do campo é que poderá solucionar as tarefas mais elementares da nação, como via para a construção do socialismo.

A unidade dos estudantes com os trabalhadores deve ser concreta, os estudantes (na sua maioria elementos da pequena burguesia) devem subordinar e combinar suas lutas às lutas da classe operária. Para tanto propomos que a UBES reivindique sua filiação à CUT e reivindique o direito de participar de suas deliberações e de suas instâncias dirigentes, materializando assim, as condições para uma ação comum de todos os setores explorados e oprimidos.

A AJR chama os estudantes a lutarem:

- Pela aliança operário-camponês-estudantil
- Pela filiação da UBES à CUT
- Pela construção de um polo classista, de massas que unifique as lutas
- Pelo governo operário e camponês
- Pelo socialismo

Ensino de 2º grau

Com a reforma do ensino implantada no país a partir de 1.968, com o acordo MEC-USAID, o ensino de 2o. grau sofreu amplas modificações.

O ensino secundário foi adaptado à estrutura econômica que se implantava no país, que através da instalação das indústrias multinacionais procurava absorver o jovem oriundo deste setor.

Com a profissionalização do ensino de 2o. grau, além de aliviar a pressão sobre o ensino superior, pois o jovem era desviado do caminho da universidade, a ditadura colocava no mercado de trabalho milhares de jovens com uma formação semi-qualificada, que servia como mão-de-obra barata para a grande indústria. Deste modo, a ditadura adaptou à sua maneira a escola à vida, e vinculou "o trabalho intelectual ao trabalho manual".

Neste período ocorre uma desqualificação generalizada no ensino, um grande incentivo ao surgimento de mais escolas privadas, uma desqualificação profissional e um arrocho salarial a professores e funcionários.

A falência do milagre econômico, em conexão com a crise mundial do capitalismo, provocará uma quebra na escola secundária implantada pela ditadura. As

grandes indústrias já não absorviam mais a mão-de-obra oriunda do 2o. grau, e o mercado de trabalho fica saturado, aumentando muito o desemprego destes jovens.

Nafragaram as tentativas de diversificar a escola secundarista nas modalidades, técnica, industrial, comercial, normal etc. É que a ampliação da educação a novos horizontes choca-se com a ausência de uma base social capaz de sustentá-la, a burguesia demonstrou ser incapaz de desenvolver o país e, portanto, de criar uma escola adequada a este desenvolvimento.

A chamada educação profissional perpetua a desigualdade social e limita as possibilidades de formação dos jovens operários.

O resultado da política implantada pela ditadura foi um esfacelamento da escola pública, com um baixíssimo nível de ensino; e a implantação de inúmeras escolas particulares, que cobram altas taxas, transformando o ensino numa mercadoria rentável.

O governo da Nova República aprofundou as relações que a ditadura mantinha com a educação. Cortou as verbas para a escola pública, arrochou ainda mais os salários de professores e funcioná-

rios, manteve a burocracia que dirige as escolas, tirando qualquer tentativa de professores e alunos de influir nas questões mais elementares: orçamento, currículo, materiais etc.

Defendemos o controle das escolas por professores funcionários e alunos (estes são os setores que devem dirigir as escolas), eleitos livremente pela comunidade, através de assembleias soberanas.

Esta é a única maneira de combater o domínio do grande capital e do Estado sobre as escolas e a educação, conduzindo assim, a escola como um instrumento de transformação da sociedade.

NÃO AO ENSINO PAGO

As escolas privadas dominam grande parte do ensino secundarista no Brasil. Fortalecidas e impulsionadas pela ditadura militar estas escolas transformaram-se rapidamente em empresas lucrativas e rentáveis.

No governo da Nova República estas empresas da educação alcançaram os maiores lucros, as mensalidades atingiram índices nunca vistos.

Hoje, devido as péssimas condições do ensino público, e ao número reduzidís-

Movimento Estudantil

simo de escolas e vagas, milhares de estudantes são obrigados a frequentar estas escolas. Muitos estudantes que trabalham durante o dia todo (ganhando salários baixíssimos), e que frequentam estas escolas à noite, estão obrigados a deixarem seus estudos por não poderem pagar as altas taxas.

Cresce muito o descontentamento dos pais em relação a estas escolas, onde a qualidade do ensino é cada vez menor e o valor cobrado é cada vez maior, e devido ao arrocho salarial estas famílias não podem mais sustentar seus filhos nestas escolas.

Exigimos o congelamento imediato das mensalidades e a abertura da contabilidade das escolas a toda comunidade, para que possamos calcular o custo real da educação. Esta medida é o primeiro passo para a estatização das escolas pagas, e conquistarmos o ensino público e gratuito para todos.

- Fim da mercantilização do ensino
- Abertura da contabilidade a comunidade
- Congelamento das mensalidades
- Estatização das escolas pagas
- Ensino público, laico e gratuito para todos

LIVRE ACESSO NAS ESCOLAS E NA UNIVERSIDADE

As massas exploradas são barradas do acesso à educação desde as escolas primárias. A existência do vestibular é o final desse funil que é a educação brasileira, tornando a universidade um privilégio da classe dominante e setores minoritários da pequena burguesia.

Hoje em dia, muitas escolas fazem o "vestibulinho", que são provas para selecionar alunos para o segundo grau.

Lutar pelo fim do vestibular e pelas provas de seleção para o segundo grau, faz parte da luta por colocar a universidade e a educação a serviço das massas exploradas e oprimidas: os operários, os camponeses e a pequena burguesia.

O livre ingresso na universidade e no 2o. grau, permite que o acesso à cultura e a educação se estenda para toda a população, e em especial aos filhos dos trabalhadores.

- Pelo controle das escolas por professores, funcionários e alunos
- Pelo fim do vestibular e das provas seletivas
- Soberania das assembleias gerais das escolas.
- Mais verbas para a educação.
- Verbas públicas somente para escolas públicas.

Ubes: construir uma nova direção

O ano de 1988 foi marcado pelo ascenso do movimento estudantil secundarista, os estudantes saíram às ruas para protestar contra o aumento das mensalidades, sacudindo o país e obrigando o governo a recuar e revogar o decreto que liberava o aumento das mensalidades.

A continuidade deste ascenso repete-se agora, com a volta de inúmeros estudantes que saem às ruas para derrubar a portaria que decreta o aumento das mensalidades. As mobilizações no entanto, não se restringem aos problemas escolares, muitos estudantes estão na luta contra os aumentos das passagens dos transporte coletivo, em várias cidades do país.

Todas estas manifestações ocorrem sem uma direção efetiva do movimento. A UBES e as entidades dirigidas pela UJS, não só não impulsionam o movimento como procuram, de todas as formas, frear este ascenso.

A situação evidencia-se quando verificamos o trabalho das entidades municipais, ou dos grêmios nas escolas, onde verifica-se a política traidora da UJS, faz com que os estudantes fiquem a margem de todo o processo de lutas.

A UBES, há muito tempo é dirigida por este setor pelego do movimento estudantil, a UJS (PCdoB). Esta política traidora evidencia-se no apoio da UJS ao governo Sarney no colégio eleitoral, aos governadores do PMDB eleitos em 86, na proposta de aumento das mensalidades de acordo com o índice salarial etc.

O resultado desta política é: a UBES não é uma entidade de massas e representativa dos estudantes. A maioria dos estudantes secundaristas não sabem o que é a sua entidade nacional, não a reconhecem como dirigente do movimento.

A tarefa central dos estudantes, neste momento, é combater a política burguesa no movimento secundarista, e canalizar todo este ascenso varrendo os agentes da burguesia da diretoria da UBES, construindo assim, a independência política do estudantado frente à burguesia, com uma alternativa capaz de impulsionar as lutas e fortalecer a entidade nacional.

nal.

- Por uma nova direção para a UBES.
- Varrer os agentes da burguesia.
- Pela construção e fortalecimento dos grêmios livres.
- Por entidades massivas e de lutas.
- Pela unificação das lutas da UBES com a CUT.
- Por um boicote nacional às mensalidades unificada com a UNE
- Pela construção e fortalecimento das entidades municipais.
- Por um dia nacional de lutas em defesa do ensino público e contra o aumento das mensalidades.



Estudantes na rua: mobilização espontânea

Amazônia

A crise ecológica do planeta, é produto da decomposição do capitalismo imperialista, que não só é um entrave para o desenvolvimento das forças produtivas da humanidade mas, também, um fator direto de destruição de todas as conquistas da civilização humana. A produção orientada pelo interesse privado capitalista (o lucro), e não de acordo com as necessidades sociais, levou à utilização de técnicas cada vez mais "rentáveis" (para os capitalistas) e cada vez mais destruidoras do meio ambiente.

O IMPERIALISMO E A AMAZÔNIA

O desmantelamento irracional da Amazônia é produto da ocupação capitalista dessa região, sustentada pelo capital imperialista. Diversas multinacionais são responsáveis por essa catástrofe. Durante longos anos diversos organismos internacionais como o BIRD e o Banco Mundial financiaram projetos destruidores da floresta que, ao mesmo tempo, veiculavam a penetração imperialista no Brasil. O projeto Jari desmatou áreas equivalentes às de vários países europeus. O resultado foi: nenhum desenvolvimento produtivo, expropriação e miséria camponesas e indígenas, catástrofe ecológica, aumento da exploração imperialista através da dívida externa e ocupação pelo imperialismo de boa parte do território nacional.

A burguesia nacional foi ponta-de-lança dessa penetração, facilitando-a ou incentivando-a através do Estado (na ditadura militar ou na Nova República), impulsionando a repressão assassina da UDR e do exército contra os camponeses e as comunidades indígenas.

No último período presenciamos um amplo debate sobre o desmatamento da Amazônia, onde o imperialismo subitamente se "interessou" pela destruição da natureza na selva brasileira, e o governo Sarney manifestou todo seu "nacionalismo" dizendo que a "Amazônia é nossa".

No que se refere à burguesia nacional, já é do conhecimento de todos que este setor não é capaz de lutar conseqüentemente a favor da Amazônia, ou de qualquer outra região do Brasil, visto que através da sua submissão diante do imperialismo e por convivência com este, é um dos maiores destruidores do país. Portanto, as manifestações de que a "Amazônia é nossa" não passam de pura demagogia, porque o país já foi entregue ao imperialismo há muito tempo.

O interesse do imperialismo, no entanto, reflete outro fenômeno, a crise do pagamento da dívida externa dos países atrasados. Este é um dos aspectos

da crise das relações capitalistas de produção a nível mundial.

A burguesia imperialista procura tomar a situação, capitalizando internamente a dívida, o que significa a recolonização das nações atrasadas, apropriando-se ainda mais das forças produtivas internas.

A proposta de internacionalização da Amazônia pelo imperialismo (troca da floresta pelo abatimento da dívida externa), é um projeto de maior submissão da nação atrasada ao imperialismo e de entrega da floresta para a preservação da natureza para quem é o maior destruidor dela.

AS POSIÇÕES DO PV E DO PT

Já o Partido Verde (PV), não compartilha da mesma opinião, sua análise da situação é que imperialismo pode vir a ser o "grande salvador da natureza", pois este enviaria recursos e tecnologia para a "preservação do meio ambiente. A proposta de internacionalização da Amazônia defendida pelo PV demonstra claramente qual é o seu caráter de classe, e de que lado está: contra a preservação da natureza e a independência dos camponeses, comunidades indígenas etc.

O posicionamento do PT não foi diferente, chegando inclusive a concordar com a entrega do território nacional para conversão da dívida externa, acusando o governo Sarney de se manifestar em relação à Amazônia e não em relação a dívida externa. Mas que posicionamento é este?

Além de ocultar a verdadeira responsabilidade do governo como um dos grandes destruidores do meio ambiente, renuncia à soberania nacional em troca de uns milhares trocados na conversão da dívida, revelando aí um grande comprometimento e uma total submissão com os grandes grupos multinacionais e o imperialismo.

Além da capitulação ao grande capital, observa-se na posição do PT um "esquecimento" em relação a posse da terra no território amazônico. Esquece-se o PT que associado à luta pela preservação do meio ambiente, está a luta pela posse da terra, a luta dos camponeses contra a UDR etc, portanto, a luta pela defesa do meio ambiente também é uma luta com características antiimperialistas.

APROVEITAMENTO DO TERRITÓRIO

O aproveitamento racional da Amazônia, bem como de outras áreas do país como a Mata Atlântica, o Pantanal Mato-grossense, o litoral etc, exige pesquisas a-

profundadas sobre a natureza e o meio ambiente. No Brasil, além do drástico corte para as pesquisas, o rumo das mesmas estão subordinadas aos interesses imperialistas, contribuindo assim, para sua destruição.

A falta de autonomia da universidade, faz com que ela não defina sua política orçamentária. O Exército abocanha verbas enormes para avançar na indústria armamentista, contribuindo muito para a destruição ambiental (como as últimas manobras de "simulação contra a guerrilha" no pantanal, ou as pesquisas nucleares na base secreta da Serra do Cachimbo).

É importante também desmascarmos também as entidades ambientalistas e os ecologistas, que capitulam diante da burguesia e do imperialismo devastador, colocando claramente que não há saída capitalista para a crise do meio-ambiente.

Somente com a independência dos trabalhadores (dos operários e dos camponeses), com as comunidades indígenas e com os estudantes é que poderemos desenvolver um programa de defesa do meio ambiente e dos recursos naturais.

Em última instância, a crise mundial do meio-ambiente só poderá ser resolvida pela reorganização socialista das forças produtivas da humanidade. Para deter a devastação ambiental que ameaça de imediato o futuro da humanidade é necessário que os trabalhadores e os estudantes brasileiros unam-se aos explorados dos países da América Latina e do mundo todo, para dar uma saída revolucionária para a catástrofe ambiental que, sem dúvida nenhuma, virá neste sistema.

Somente a Revolução Socialista Mundial dará à humanidade a possibilidade de desenvolver as forças produtivas em harmonia com a natureza.

- Não à internacionalização, fora o imperialismo da Amazônia.
- Fim dos orçamentos e dos segredos militares
- Nacionalização de toda a terra em poder do imperialismo.
- Exploração da Amazônia e de outras áreas de acordo com os interesses da sociedade (planejado por trabalhadores da cidade e do campo, as comunidades indígenas e os estudantes).
- Dissolução da UDR e organização de milícias dos trabalhadores rurais.
- Pelos comitês de auto-defesa no campo.
- Reforma agrária com expropriação das terras em poder do grande capital nacional e estrangeiro, sem indenização.

Solidariedade internacional

As diversas mobilizações estudantis e operárias em todo o mundo refletem o caráter da crise atual do capitalismo, bem como dos Estados Operários burocratizados e colocam a necessidade da discussão internacional no Congresso da nossa entidade.

A importância da discussão reside no fato de que a luta dos trabalhadores e dos estudantes é uma só, e a nível internacional.

A imensa mobilização estudantil que ocorreu na China, agrupando em determinados momentos, mais de 200 mil pessoas na Praça da Paz Celestial, em Pequim, demonstrou não só a necessidade da discussão e do fim dos privilégios da burocracia chinesa, mas a intervenção dos estudantes do mundo todo diante dos acontecimentos.

As gigantescas manifestações dos estudantes e operários chineses, lutando contra os privilégios da burocracia corrompida provocaram uma verdadeira revolução na China. A burocracia representada por Deng e Li Peng, foi obrigada a estender a Lei Marcial a todo país. Esta burocracia agiu como uma verdadeira ditadura militar, massacrando milhares de estudantes e trabalhadores e condenando-os à pena de morte.

— Solidariedade aos estudantes e trabalhadores chineses

— Não à pena de morte na China

— Fim da burocracia chinesa

Na Argentina, a grave crise econômica provocou uma enorme rebelião popular que manifestou-se na onda de saques a armazéns e supermercados, efetuados pela população.

Para conter a situação, o governo argentino lançou mão do Estado de Sítio, provocando uma violenta repressão contra as massas (várias prisões, milhares de feridos e inúmeros mortos).

Diante do caos social e a miséria generalizada o governo argentino culpa os "agitadores de esquerda".

Baseado nisto, o governo desfechou uma violenta repressão ao Partido Obrero, (fechou suas sedes, censurou seu jornal, prendeu seus dirigentes etc). No primeiro momento, o partido foi acusado (sem nenhuma prova) de instigar os saques, logo em seguida, mesmo após o levantamento do Estado de Sítio, veio às claras o posicionamento do governo - a repressão ao PO tem um caráter ideológico e o que está em jogo são suas posições políticas.

O que foi colocado em jogo foi a política do PO, que se opôs ao Estado de Sítio e que chamou a população a encontrar uma saída consciente e coletiva, através da sua mobilização política. A repressão ao PO significa a tentativa de eliminação da única alternativa política real a uma situação de catástrofe nacional que rapidamente voltará a se colocar sobre o governo eleito.

Hoje, apesar de estarem em liberdade, os dirigentes do PO estão ameaçados de prisão, e o partido de proscricção política. É necessário neste momento, intensificar a campanha de solidariedade aos companheiros perseguidos pela justiça "democrática" argentina. A data do julgamento ainda não foi marcada, mas é importante a presença de personalidades internacionais no julgamento, para pressionar o governo.

— Fim da perseguição aos dirigentes do PO

— Ampliar a campanha de solidariedade

— Fim da perseguição política na Argentina

— Pela vigência das liberdades democráticas na Argentina

ASSINAM ESTAS TESES

GUILHERME PAIVA - Diretor da UMES-SP; MARCOS RIBEIRO - EEPG Dep. Raul Pilla-SP; MARLENE DE S. SILVA - LUCIENE ALVES VIANA - WALDECIR - EEPG Adelino José-SP; MARIA LÚCIA E JANÁINA - Colégio Equip-SP; VANDRÉ - Diretor do Grêmio da EESG Oswaldo Catalano-SP; LIBANIO EESG Ascendino Reis-SP; ANDERSON EEPG Gabriel Ortiz-SP; CINTIA DEL MASTRO - EEPG Infante Dom Henrique-SP; SEBASTIÃO - EDUARDO LUCILENE - CINTIA - Diretores do Grêmio da EEPG Manuel da Nóbrega-SP; VÂNIA - EESG Carlos de Campos-SP; FREDERICO LAZZARONI - Presidente da UMES de Itapeçerica da Serra-SP; CLAUDIA S. FERREIRA - Presidente de Grêmio da EEPG Porcino - Itapeçerica da Serra-SP; JOSUÉ F. DE ASSIS - MARTA FERREIRA DA SILVA - Diretores da UMES de Itapeçerica da Serra-SP; PAULO - Diretor da UMES de Bauru-SP; RUTH - UMES de Bauru; FERNANDO - UMES de Bauru-SP; ALEXANDRE

E GUILHERME - Comissão Pró-UMES de Pindamonhangaba-SP; HELIO BATISTA - 2o. EEPG da Cidade Ariston - Carapicuíba-SP; EDSON - EEPG Tufique Julian - Carapicuíba-SP; MARCOS - Comissão Pró-UMES de Santa Bárbara-SP; CÉSAR - Comissão Pró-UMES Lins-SP; PIMENTEL - Colégio CEAT - Rio de Janeiro; CLÁUDIA LIGIA ROCHA - EE Rui Barbosa - Petrópolis-RJ; ANA PAULA BORGES - EC Santo Antonio - Petrópolis - Rio de Janeiro; ANA LETÍCIA - Escola Manuel Marinho - Volta Redonda - ELIANE - Escola Barão de Mauá - Volta Redonda - CLÁUDIA NUNES - DANIELA CARDOSO - PATRÍCIA DA SILVA - ISABEL - VALESCA - Colégio Nossa Senhora da Glória - Porto Alegre - RS; ANNES VIEIRA - INDALÉCIO SILVA - Ginásio Municipal Antônio Xavier - Juazeiro do Norte-CE; WASHINGTON SANTOS - Presidente de Grêmio - Eunápolis-BA.